

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 064/2009

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS, por intermédio de seu Pregoeiro, designado pelo Decreto Judiciário nº. 303/09, torna público para conhecimento dos interessados que às **16h00 (dezesesseis horas) do dia primeiro de junho de 2009 (1º/06/2009)**, na sala de Reunião da Comissão de Licitação, no 1º (primeiro) andar, do Anexo II do Tribunal de Justiça, à rua 18, nº 508, Setor Oeste, em Goiânia-GO, fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma presencial, do tipo menor preço, conforme descrito neste edital e seu(s) anexo(s). Tal procedimento licitatório obedecerá, integralmente, à Lei Federal 10.520/2002, ao Decreto Judiciário nº 409/2003, às disposições fixadas neste edital e anexo(s) e, subsidiariamente, às normas da Lei nº 8.666/93 em atendimento aos processos administrativos nº. 2875551/2009.

PREGÃO PRESENCIAL

DO OBJETO

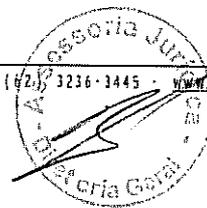
1. O presente pregão tem por objeto a contratação de empresa especializada para execução de serviço de recuperação do transformador elétrico, potência de 500KVA, trifásico, tensão 13,800/380/220 Volts, do prédio do Fórum da Comarca de Itumbiara-GO, de acordo com especificações contidas nos anexos deste Edital.

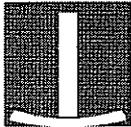
DOS RECURSOS FINANCEIROS

2. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação, correrão à conta dos recursos consignados no vigente orçamento, no programa 0452.02.061.4001.4001.03.20, nos elementos de despesas 3.3.90.39.18.

DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

3. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou impugnar o ato convocatório.





4. A impugnação deverá ser processada através de petição devidamente encaminhada ao Protocolo Administrativo do Tribunal de Justiça de Goiás.

5. Não será admitida a impugnação do edital via fax ou e-mail.

6. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contado do horário efetivo do recebimento do expediente na Secretaria da Comissão Permanente de Licitação.

7. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

8. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente edital e anexo deverá ser encaminhado, por escrito, ao Pregoeiro, no 1º (primeiro) andar do Anexo II do Tribunal de Justiça, à rua 18, nº 508, esquina com a Avenida 85, Setor Oeste, Goiânia/GO, via fax (0xx62) 3236-3445, ou e-mail licitacao@tjgo.jus.br.

9. As dúvidas a serem dirimidas por telefone serão somente aquelas de ordem estritamente informal, sendo as demais, formuladas por escrito.

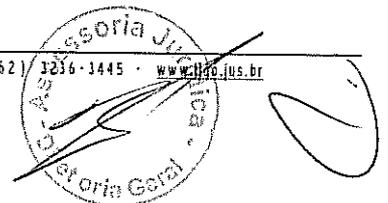
DA PARTICIPAÇÃO

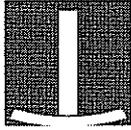
10. Poderão participar deste Pregão os interessados que atenderem a todas as exigências constantes deste edital e seu(s) anexo(s).

11. A participação no procedimento licitatório implica, automaticamente, a aceitação integral dos termos deste edital e seu(s) anexo(s), regulamentos, instruções e leis aplicáveis.

12. Não será admitida nesta licitação a participação de firmas suspensas para licitar e/ou declaradas inidôneas para contratar com o Poder Público.

13. O edital e anexo(s) encontram-se à disposição dos interessados na Secretaria da Comissão Permanente de Licitação, situada no 1º (primeiro) andar, do Anexo II do Tribunal de Justiça, à rua 18, nº 508, esquina com a Avenida 85, Setor Oeste, Goiânia-GO, ou pelo endereço <http://www.tjgo.jus.br/index.php?sec=institucional&item=departamentos&subitem=licitacao>.





DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

14. A proponente deverá fazer-se apresentar para fins de credenciamento através de um representante que, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório, venha a responder por sua representada, devendo, ainda, no ato de entrega dos envelopes, identificar-se exibindo a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente.

15. O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular com firma reconhecida, com amplos poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da proponente, acompanhado de cópia do Estatuto ou Contrato Social da empresa. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, que lhe confira poderes para tanto, devendo identificar-se, exibindo cédula de identidade ou outro documento equivalente.

16. Não será admitido o credenciamento de um mesmo representante para mais de uma proponente.

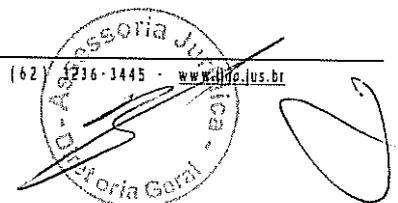
17. Caso a proponente tenha interesse em valer-se das prerrogativas conferidas à MICROEMPRESAS e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverá apresentar, no ato do credenciamento, Declaração de Enquadramento, devidamente certificada pela Junta Comercial competente ou certidão que comprove tal condição, emitida pela Junta Comercial, no presente exercício.

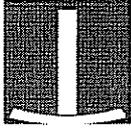
DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

18. As Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação deverão ser apresentados no local, dia e hora determinados, em 2 (dois) envelopes, "A" - Proposta de Preço e "B" - Documentos de Habilitação, devidamente fechados e rubricados no fecho.

19. Os envelopes deverão conter, ainda, em sua parte externa os seguintes dizeres:

- a) AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS, ANEXO II, COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, RUA 18, nº 508, 1º ANDAR, SETOR OESTE - GOIÂNIA-GO;
- b) NÚMERO DO PREGÃO;
- c) RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO DA PROPONENTE.





DA PROPOSTA DE PREÇO (ENVELOPE A)

20. A proposta deverá ser apresentada em 01 (uma) via impressa, em papel timbrado da empresa ou em papel formato A4, em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas e terá validade de 60 (sessenta) dias corridos a contar da sua apresentação. Caso não seja indicado, considerar-se-á válido por 60 (sessenta) dias.

21. Na proposta deverá constar:

a) nome ou razão social da proponente, número do CNPJ, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver;

b) indicação dos serviços e outros elementos indispensáveis à sua precisa caracterização atendendo à especificação do objeto, conforme anexo(s);

c) valor dos serviços ofertados cotados em moeda corrente nacional, em algarismos e, tanto quanto possível, por extenso, prevalecendo este último em caso de divergência;

d) afirmação de que os preços propostos englobam todas as despesas relativas à execução dos serviços ofertados e os abatimentos e/ou descontos porventura concedidos pela licitante que, quando não indicados serão considerados inclusos no valor da proposta;

e) prazo para a execução dos serviços;

f) data e assinatura do proponente.

22. Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências do presente edital e anexo(s), sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos que não possam ser sanados durante a realização do certame.

23. A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste edital e anexo(s).

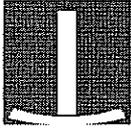
24. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

25. A reunião para recebimento e abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e documentação será pública, dirigida pelo Pregoeiro designado para o evento e realizada de acordo com a Lei nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/2000, Decreto Judiciário nº 409/03 e em conformidade com este Edital e seu(s) Anexo(s).

26. No dia, horário e local marcados, antes do início da sessão, as proponentes deverão comprovar, por meio de instrumento próprio, poder para





formulação de ofertas e lances verbais e para a prática dos demais atos do presente certame, conforme disposição da Lei 10.520/2002.

27. Após a abertura de um dos envelopes contendo proposta de preços, não mais serão admitidas novas proponentes, salvo com a anuência de todas as empresas participantes.

28. Serão abertos inicialmente os envelopes contendo as propostas de preços, sendo feita a sua conferência e posterior rubrica.

DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOS LANCES

29. Abertas as propostas, o Pregoeiro classificará a proponente que apresentar a proposta de MENOR PREÇO GLOBAL e aquelas com valores superiores em até 10% (dez por cento) da proposta de menor preço. Não se observando o mínimo de 03 (três) propostas nas condições mencionadas, serão classificadas as melhores propostas de preços subseqüentes, até o máximo de 03 (três), para que seus autores participem de lances verbais, quaisquer que sejam os preços então apresentados, conforme disposto na Lei 10.520/2002.

30. Às proponentes classificadas conforme o item anterior será dada oportunidade para disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço.

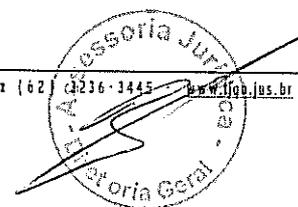
31. A proponente que desistir de apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, será excluída do certame.

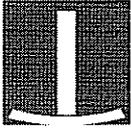
32. Não será permitido aos representantes das empresas classificadas, durante a realização do pregão, a utilização de aparelhos celulares ou rádios de comunicação.

33. No início da fase de lances, será estipulado pelo Pregoeiro, em comum acordo com as licitantes, o valor mínimo a ser ofertado por lance, caso esse não esteja definido no edital.

34. Caso não aconteçam lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a aquisição.

35. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.





18

36. Em caso de participação de licitante que detenha a condição de MICROEMPRESA ou de EMPRESA DE PEQUENO PORTE, serão adotados os seguintes procedimentos:

a) será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte, após o encerramento da fase de lances, sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada;

b) somente se aplicará o critério acima estabelecido quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

37. Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

b) não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na mesma condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

c) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

38. Não havendo o empate o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

39. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

40. Sendo aceitável a proposta de menor preço, será aberto o envelope de Habilitação contendo os documentos exigidos para o presente Pregão.

41. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarada a proponente vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto definido neste edital.

42. Habilitada a licitante vencedora, o Pregoeiro solicitará ao seu representante, que firme declaração, constando o preço final ofertado (unitário e total) para cada item, expresso em moeda corrente nacional, em algarismo, com apenas duas casas decimais após a vírgula e por extenso, a qual integrará a Carta Proposta.



Handwritten signature or mark.



43. Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a aceitabilidade e procedendo a habilitação da proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto definido neste edital.

44. No caso de desclassificação de todas as propostas apresentadas, o Pregoeiro convocará todas as licitantes para, no prazo de 03 (três) dias úteis, apresentarem novas propostas escoimadas das causas de sua desclassificação.

45. Não havendo lances ou encerrada a etapa competitiva, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço menor.

46. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá obrigatoriamente ser assinada pelo Pregoeiro e licitante(s) vencedora(s), ressaltando-se que poderá constar a assinatura da equipe de apoio e demais licitantes, sendo-lhes facultados este direito.

47. Encerrada a reunião e observando-se alteração quanto ao valor da proposta original em relação ao valor final proposto pela licitante ao fim dos lances verbais e da negociação direta com o Pregoeiro, a firma vencedora deverá apresentar à Secretaria da Comissão Permanente de Licitação, em, no máximo, 24 (vinte e quatro) horas, proposta atualizada, sob pena de convocação das licitantes subsequentes na ordem de classificação.

48. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital.

DA DOCUMENTAÇÃO

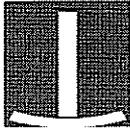
49. Para habilitação a licitante deverá apresentar documentação abaixo discriminada, colocada na ordem seqüencial deste Edital.

50. O envelope "B" (DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO) deverá conter:

50.1. documentação relativa à habilitação jurídica:

a) Comprovante de registro cadastral (CRC), fornecido pelo Tribunal de Justiça de Goiás ou qualquer órgão público ou entidade municipal, estadual, distrital ou federal, sendo aceito, também, o cadastro no SICAF (Sistema de Cadastro de Fornecedor), não isentando a licitante da apresentação dos demais documentos exigidos;





50.2. documentação relativa à regularidade fiscal:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, expedida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS);
- c) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), expedida pela Caixa Econômica Federal;

50.3. documentação relativa à qualificação técnica:

- a) certidão de registro ou inscrição junto ao CREA, da firma participante e visto do registro no CREA-GO caso a licitante seja inscrita ou registrada em outra região, de acordo com a Resolução nº 413/97, do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia;
- b) declaração da firma participante indicando, no mínimo, 1 (um) engenheiro eletricitista, pertencente ao quadro de responsáveis técnicos da empresa licitante junto ao CREA, para responder pelos serviços objeto desta licitação;
- c) comprovação da capacitação técnico-operacional da empresa através de um ou mais atestados, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, atuante no mercado nacional, mencionando que a proponente presta ou prestou serviços, de forma satisfatória, com características semelhantes ao objeto deste edital.

50.4. Relativos à qualificação econômico-financeira:

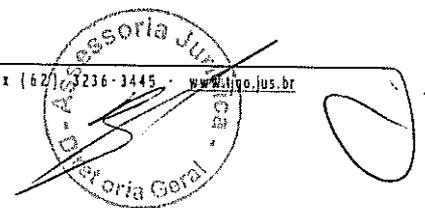
- a) certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da empresa.

50.5. declaração de fiel observância do disposto no artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal, nos termos da Lei Federal nº 9.854/99, art. 1º, na forma seguinte:

Declaramos para fins de licitação junto ao Tribunal de Justiça do Estado de Goiás e sob as penas da lei, não ter em nosso quadro de empregados qualquer trabalhador menor de 16 (dezesesseis) anos de idade, exceto maiores de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz. Declaramos ainda que nenhum trabalhador menor de 18 (dezoito) anos exerce trabalho noturno, perigoso ou insalubre em nossa empresa.

50.6. Declaração do proponente, de não possuir vínculo com o Poder Judiciário, nos termos do art. 3º da Resolução nº 07, alterada pela Resolução nº 09, de 06 de dezembro de 2005, do Conselho Nacional de Justiça, na forma seguinte:

Declaramos para fins de licitação junto ao Tribunal de Justiça do Estado de Goiás e sob as penas da lei, ter conhecimento da vedação da manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por





afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a esse Tribunal.

50.7. O proponente deverá declarar, sob as penalidades cabíveis, a inexistência de fato superveniente que possa impedir a sua habilitação neste certame.

51. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada em cartório competente, ou publicação em órgão da imprensa oficial ou por cópias, desde que acompanhadas dos originais para conferência.

52. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos requeridos no presente edital e seu(s) anexo(s).

53. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste edital e seu(s) anexo(s), o Pregoeiro considerará a proponente inabilitada.

54. Documentos apresentados com validade expirada acarretarão a inabilitação da proponente, salvo se possível a atualização e impressão do mesmo, via internet, durante a realização do pregão.

55. Após a análise da documentação, os membros da equipe de apoio e o pregoeiro rubricarão todas as folhas e demais documentos.

DOS RECURSOS

56. Qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de interpor recurso, mediante registro em ata da síntese das suas razões, sendo-lhe, desde já, concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das correspondentes razões, ficando as demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

57. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor.

58. Não serão conhecidos recursos interpostos intempestivamente ou aqueles enviados via fax.

59. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Secretaria da Comissão Permanente de Licitação, 1º (primeiro) andar do Anexo II do Tribunal de Justiça, à rua 18, nº508, Setor Oeste, Goiânia-GO.





DA ADJUDICAÇÃO

60. Constatado o atendimento das exigências fixadas no ato convocatório, a licitante será declarada vencedora sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

DO EMPENHO/CONTRATO

61. À licitante vencedora será concedido prazo de 03 (três) dias úteis, improrrogáveis, para retirada da Nota de Empenho, após convocação promovida pela Central de Compras, sob pena de decair o direito de fornecimento.

62. A empresa adjudicatária para aceitar e receber a Nota de Empenho, poderá solicitar expressamente à Central de Compras do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás o seu envio via fax, se assim o desejar.

63. A recusa injustificada da empresa adjudicatária em aceitar ou retirar a Nota de Empenho, dentro do prazo estabelecido neste edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legais.

64. É facultado ao Tribunal de Justiça, quando a convocada não retirar a Nota de Empenho, no prazo e condições estabelecidos, convocar, respeitando a ordem de classificação, licitante remanescente para, estando o mesmo habilitado, efetuar o fornecimento, no prazo e condições por elas propostas.

65. Fica dispensado o termo contratual, nos termos do art. 62, § 2º, da lei 8.666/93, sendo o mesmo substituído pela Nota de Empenho.

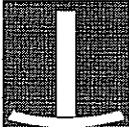
DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

66. O prazo máximo aceitável para a entrega dos serviços é de 30 (trinta) dias consecutivos, contados da data de emissão da ordem de serviço pela Divisão de Manutenção Técnica da Capital.

67. Os serviços deverão ser realizados no prédio do Fórum da Comarca de Itumbiara, localizado na Av. João Paulo II, nº 185, Bairro Dom Bosco, Itumbiara/GO, devendo ser observadas as orientações e procedimentos contidos no Anexo II do ato convocatório.

68. A aceitação dos serviços será procedida pela Divisão de Manutenção Predial do Interior.





DO PAGAMENTO

69. O pagamento será feito em até 10 (dez) dias úteis após a execução dos serviços, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pela Divisão de Manutenção Técnica da Capital.

70. Caso o pagamento ocorra após o prazo estabelecido no item anterior, o mesmo será atualizado monetariamente pela TR *pro rata temporis*, ou por outro índice oficial substitutivo.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

71. Executar os serviços em conformidade com os prazos estabelecidos no edital e anexos.

72. Comunicar a Divisão de Manutenção Predial do Interior, no prazo máximo de 02 (dois) dias que antecedam o prazo de vencimento da entrega, os motivos que impossibilitem o seu cumprimento.

73. Assumir a responsabilidade pelos encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários e comerciais resultantes da adjudicação desta Licitação, consoante o disposto no art. 71 da Lei nº 8.666/93.

74. Aceitar, nos termos do art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

75. Comunicar à empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com os serviços executados.

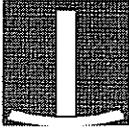
76. Efetuar, através da Divisão de Manutenção Técnica da Interior, após apresentação da Nota Fiscal, o recebimento e aceite dos serviços prestados.

77. Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço que a empresa vencedora prestar fora das especificações do edital e anexo(s).

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

78. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado, segundo a extensão da falta





24

cometida, as seguintes penalidades previstas no artigo 87 da lei 8.666/93 e artigo 7º da Lei 10.520/2002:

- a) advertência;
- b) multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia de atraso e por descumprimento das obrigações estabelecidas neste edital, incidente sobre o valor do material não entregue;
- c) suspensão temporária do direito de licitar e de contratar com o Tribunal de Justiça, por período de até 05 (cinco) anos, nas hipóteses e nos termos da lei 10.520/2002;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o Tribunal de Justiça, pelo prazo de até 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicar a penalidade, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei 8.666/93.

79. Se o total das multas atingir um valor igual a 10% (dez por cento) do preço total do objeto deste contrato, este será rescindido de pleno direito, a exclusivo critério do Tribunal de Justiça, sem prejuízo da apuração de perdas e danos.

80. As multas serão descontadas de qualquer crédito da contratada existente no Tribunal de Justiça, em favor deste último. Na inexistência de créditos que respondam pelas multas, a contratada deverá recolhê-las nos prazos que o Tribunal de Justiça determinar ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

81. As penalidades e suspensão de licitar serão obrigatoriamente publicadas no Diário da Justiça Eletrônico e jornal de grande circulação.

RESCISÃO CONTRATUAL

82. O Tribunal de Justiça reserva-se o direito de rescindir o contrato, de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba à empresa contratada direito à indenização de qualquer espécie, quando ocorrerem os casos previstos no artigo 78, da Lei 8.666/93.

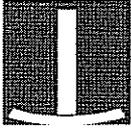
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

83. É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

84. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua



0



15

habilitação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública do pregão.

85. Fica assegurado ao Tribunal de Justiça o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.

86. As proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o Tribunal de Justiça não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório e de eventual cancelamento ou anulação do certame ou de parte de seu objeto.

87. As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

88. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

89. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no Tribunal de Justiça.

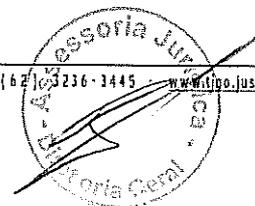
90. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

91. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à aquisição do objeto licitado.

92. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei 10.520/2002.

93. As dúvidas a serem dirimidas por telefone serão somente aquelas de ordem estritamente informal, sendo as demais, formuladas por escrito.

94. O foro para dirimir questões relativas ao presente edital será o desta Capital, com exclusão de qualquer outro.



15



tribunal
de justiça
do estado de goiás

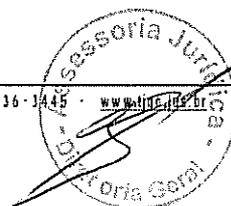
PODER JUDICIÁRIO
Diretoria - Geral
Comissão Permanente de Licitação

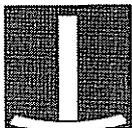
26

Para conhecimento dos interessados, lavrou-se o presente edital, que ficará afixado no quadro de avisos da Secretaria da Comissão Permanente de Licitação, localizado no térreo do Edifício do Palácio da Justiça, na Av. Assis Chateaubriand nº 195, Setor Oeste, em Goiânia-GO, estando a Secretaria da Comissão à disposição dos interessados no horário de 08h00 as 17h00, através do Fax(062) 3236-3445, telefone (062) 3236-3443, ou endereço eletrônico (e-mail) licitacao@tjgo.jus.br .

Goiânia, 06 de maio de 2009.

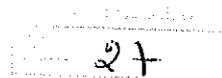

ROGÉRIO JAYME
Pregoeiro





**tribunal
de justiça**
do estado de goias

PODER JUDICIÁRIO
Diretoria-Geral
Comissão Permanente de Licitação



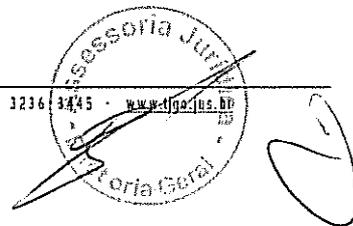
ANEXO I

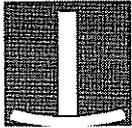
Editais nº 064/2009 - Pregão Presencial

**Serviço de recuperação do transformador elétrico do prédio do
Fórum da Comarca de Itumbiara-GO
potência de 500KVA, trifásico, tensão 13,800/320/220**

www.tjgo.jus.br

- 1. Orçamento analítico**
- 2. Cronograma físico-financeiro**
- 3. Memoriais descritivos**





tribunal
de justiça
do estado de goias

25

MANUTENÇÃO PREDIAL DO INTERIOR

Obra: Recuperação da Unidade Transformadora do Fórum da Comarca de Itumbiara

Local: Prédio do Fórum da Comarca de Itumbiara

Data: 20.04.2009

1.0	Serviços Preliminares	Unidade	Quantidade	P.unitario	P.Total
1.1	Art. de execução dos serviços	un	1,00	75,00	75,00
	Total do Item				75,00
2.0	Subestação ao Tempo de 500kVA-13.8 kV				
	Recuperação da Unidade Transformadora nos seguintes itens: -Enrolamento total de 02 (duas) colunas de Alta Tensão; -Nova carga de óleo isolante; -Secagem da parte ativa em estufa; -Troca de juntas; -Estanhagem dos conectores; -Pintura de proteção e acabamento; -Pintura de proteção e acabamento; -Ensaio e testes de rotina; -Laudo técnico do equipamento, após recuperação, pela Concessionária de Energia Elétrica de Goiás.				
2.1		un	1,00	7.900,00	7.900,00
	Total do Item				7.900,00
3.0	Transporte do Equipamento				
3.1	Deslocamento do Transformador Elétrico (Ida e Volta – Itumbiara/Goiânia e Goiânia/Itumbiara)	un	1,00	1.800,00	1.800,00
	Total do Item				
4.0	Mão de Obra				
4.1	Serviços gerais técnicos especializados	un	1,00	3.195,00	3195,00
	Total do Item				3195,00
				Total dos itens	12.970,00
				Valor do BDI(18%)	2.334,60
				Valor da Obra	15.304,60

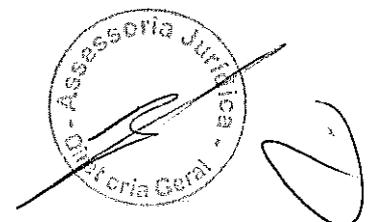
Importante

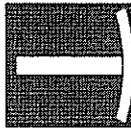
a) Para execução deste serviço deverá ser seguido **Memorial Descritivo**.

b) Lembramos que o preço total o Orçamento deverá englobar todas as despesas com materiais, equipamentos, mão de obra, transporte e ferramentas, equipamentos e máquinas necessárias para execução dos serviços, encargos sociais, equipamentos de segurança, gastos necessários para atender a NR18 e exigência do Ministério do Trabalho, Previdenciários, Fiscais Trabalhistas e Comerciais, Seguros Tributos incidentes, BDI e outras despesas diretas ou indiretas geradas para execução dos serviços.

Eng. Eletricista Luiz Carlos da Silva Amaral-Crea 3616/D-GO

Estag. Letícia Maria Silva





tribunal
de justiça
do estado de goiás

OBRA: SERVIÇO DE RECUPERAÇÃO DA UNIDADE TRANSFORMADORA DO FÓRUM DA COMARCA DE ITUMBIARA
LOCAL: FÓRUM DA COMARCA DE ITUMBIARA

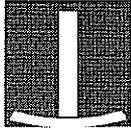
CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

01	SERVIÇOS PRELIMINARES	0-30 dias		RECEBIMENTO DEFINITIVO (Desconto em garantia 5%)	Valor Total dos Serviços
		95,00%	71,25		
02	SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DO TRANSFORMADOR, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E LOCOMOÇÃO DO EQUIPAMENTO	95,00%	9.215,00	485,00	9.700,00
03	MÃO DE OBRA	95,00%	3.035,25	159,75	3.195,00
04	Total dos Itens		12.321,50	648,50	12.970,00
05	BDI(18%)		2.217,87	116,73	2.334,60
06	Valor total da Obra		14.539,37	765,23	15.304,60
07	VALOR DA PARCELA	1º	14.539,37	2ª	765,23
08	PERCENTUAL		95,00%	5,00%	100,00%

Prep. Eng. Luiz Amaral



259



Edital nº 064/2009

PREGÃO PRESENCIAL

MEMORIAL DESCRITIVO

1. GENERALIDADES

O presente memorial refere-se ao serviço de recuperação do transformador elétrico trifásico, potência 500kVA, tensão 13,800/380/220 Volts do prédio do Fórum da Comarca de Itumbiara.

Os serviços deverão ser executados de acordo com as normas NR-10, NBR 5410 e CELG (NTD-04 e 05).

2. DESCRIÇÃO GERAL DOS SERVIÇOS

- a) Enrolamento total de 02 (duas) colunas de Alta Tensão;
- b) Nova carga de óleo isolante;
- c) Secagem da parte ativa em estufa;
- d) Troca de juntas;
- e) Estanhagem dos conectores;
- f) Pintura de proteção e acabamento;
- g) Ensaio e testes de rotina;
- h) Laudo técnico do equipamento, após recuperação, pela Concessionária de Energia Elétrica de Goiás.

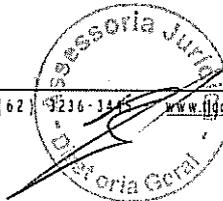
3. ENSAIOS A SEREM REALIZADOS

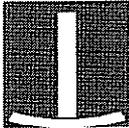
Transformador de 500 KVA (1 unidade)

- Ensaio de resistência ôhmica de isolamento.
- Ensaio de resistência ôhmica do enrolamento.
- Coleta de amostra do óleo isolante substituído para análises físico-químicas realizadas pelo Laboratório da CELG.
- Limpezas e reaperto das conexões.

4. DISPOSIÇÕES GERAIS

É obrigação da CONTRATADA a execução rigorosa dos serviços de acordo com as especificações deste Memorial.





Nenhuma modificação poderá ser introduzida sem a prévia autorização, de forma expressa, do Departamento Técnico do Tribunal de Justiça.

Deverá ser procedido metucioso estudo, verificação e comparação de todos os detalhes e especificações integrantes deste Memorial, antes do início dos serviços.

Os serviços e materiais constantes das planilhas de custos são referenciais, devendo a empresa observar todos os serviços descritos e levantar a necessidade ou não de obras ou materiais adicionais, sendo que tais alterações deverão ser submetidas à apreciação e aprovação do Departamento Técnico do Tribunal de Justiça.

O serviço de instalação do transformador no local deverá ser executado em finais de semana. Havendo necessidade do desligamento da rede elétrica, a empresa contratada deverá avisar com antecedência junto ao Departamento técnico do Tribunal de Justiça e Diretoria do Fórum Local para as devidas autorizações.

Será de inteira responsabilidade da contratada, caso necessário, a remoção do transformador e instalação em local determinado, bem como as despesas decorrentes deste serviço.

5. LIMPEZA GERAL

Ao final de cada etapa dos serviços os locais deverão ser limpos, a fim de facilitar a execução das etapas posteriores.

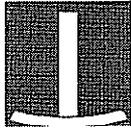
O entulho oriundo das demolições deverá ser retirado diariamente e colocado em caçambas apropriadas. Quando da entrega da obra, a empresa deverá providenciar a limpeza geral das dependências onde prestados os serviços, a fim de permitir perfeitas condições de uso.

6. PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo de execução dos serviços será de 30 (trinta) dias consecutivos.

7. LAUDOS TÉCNICOS

A Contratada deverá entregar à Contratante os laudos técnicos do equipamento devidamente aprovado pela Concessionária de Energia Elétrica de Goiás e exame físico-químico do óleo isolante substituído.



tribunal
de justiça
do estado de goiás

PODER JUDICIÁRIO
Diretoria - Geral
Comissão Permanente de Licitação

32

8. GARANTIA E SUPORTE

Os serviços de recuperação deverão ter garantia de um ano contemplando suporte e solução de defeitos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sem ônus para o Tribunal de Justiça. Deverá ser indicada, de forma expressa, a empresa que prestará tais serviços.

Eng.º Luiz Carlos da Silva Amaral
CREA-3616/D – GO

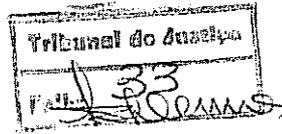
Letícia Maria Silva
Estagiária Instalações Elétricas



15:56:20

CONTROLE DE DOCUMENTO
CADASTRA DESPACHO

08/05/2009



Documento : 2875551

Numero : 59 Ano Desp: 2009

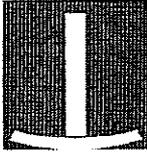
Local : COMISSAO PERMANENTE DE LICITACAO

Data : 08 / 05 / 2009

Descricao : DESPACHO-CPL/TJ/GO- ENCAMINHE-SE OS AUTOS À
DIRETORIA GERAL PARA ANÁLISE DO EDITAL DE
LICITAÇÃO Nº 064/09, MODALIDADE PREGÃO
PRESENCIAL

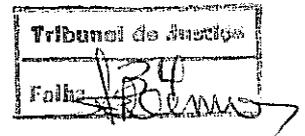
PF2 - RETORNAR

PF7 - FIM SAT1111P



**tribunal
de justiça**
do estado de goiás

PODER JUDICIÁRIO
Diretoria-Geral
Assessoria Jurídica



Processo n° :2875551/2009
Nome :DIRETOR DA DIVISÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL
DO INTERIOR
Assunto : Faz Solicitação

PARECER/2009 – Tratam os autos do Edital de Licitação de n° 064/2009, modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço, tendo como objeto a contratação de empresa especializada para execução de serviço de recuperação do transformador elétrico, conforme especificado nos anexos do Edital, acostado a f. 13/32.

Atendidos os preceitos da Lei n° 10.520/2002, dos Decretos Judiciários de n°s 409/2003 e 303/2009, e, subsidiariamente, da Lei n° 8.666/93, com suas alterações posteriores, retornem os autos à Comissão Permanente de Licitação para as demais providências.

Goiânia 14 de maio de 2009.

RÔMULO PEREIRA NUNES
Assessor Jurídico

Par055/as/m

